

# Pedocomunhão, a Igreja & o Evangelho

—

Peter J. Leithart

Tradução: Ernesto Ochikubo e Evandro Rosa  
IGREJA REFORMADA DE CRISTO

# I

Crianças devem receber a Ceia do Senhor? Devemos adotar a prática da pedocomunhão?

Antes de abordarmos a questão da pedocomunhão, devemos especificar tanto *qual* é a questão quanto *que tipo* de questão é. Primeiro, *qual* é o ponto da pedocomunhão? Não é, em essência, sobre a idade de admissão à Mesa do Senhor, pois mesmo alguns que não abraçam a pedocomunhão admitiriam crianças a partir de 1 ano e meio. Se, hipoteticamente, fossem criados alguns meios de medir o nível de "discernimento" em infantes, e as crianças que alcançassem um "6" fossem admitidas à Mesa, ainda assim essa prática não constituiria uma pedocomunhão. Tampouco trata-se de alimentar recém-nascidos com pão e vinho à força; embora algumas igrejas ofereçam os elementos a bebês recém-batizados, que eu saiba, nenhum defensor Reformado da pedocomunhão tem argumentado em favor dessa prática. A maior parte dos teólogos Reformados se contenta em esperar até que a criança seja capaz de comer alimentos sólidos antes de começar a participar da Ceia.

Especificamente, a questão prática é: "O batismo inicia os batizados à Mesa do Senhor, de forma que todos os que são batizados tenham direito a participar da refeição?" Aqueles que advogam a pedocomunhão, para além de todas as suas diferenças, responderão afirmativamente. Nada mais do que o ritual do batismo com água é necessário para que uma pessoa tenha acesso à Mesa do Senhor. Os opositores da pedocomunhão responderão negativamente. É necessário algo *mais* - algum nível de entendimento, algum grau de discernimento espiritual, algum tipo de experiência de conversão e alguns meios de a igreja aferir tais cumprimentos.

Segundo, e mais fundamentalmente, qual é o *tipo* da questão? Se for apenas sobre os requisitos de admissão para a refeição ritual da igreja, a pergunta poderá ser respondida através da aplicação direta de uma regra. Se focarmos estritamente na questão de quem participa e quando, poderíamos admitir crianças sem ajustar outras doutrinas ou práticas da igreja. Se é apenas uma questão de adicionar alguns nomes à lista de convidados, então porque a pedocomunhão recebe tamanha oposição dentro do mundo Reformado?

A pedocomunhão não se refere *apenas* aos requisitos de admissão considerados estritamente, mas, como o pedobatismo, está ligada a toda uma gama de questões teológicas e litúrgicas. Não trata apenas da natureza da Ceia, mas também da igreja, do batismo e, mais amplamente, do caráter da salvação que Cristo conquistou no mundo. O evangelho não está diretamente em jogo no debate da pedocomunhão. Os oponentes da pedocomunhão proclamam honesta e sinceramente o evangelho da graça, e sou grato a Deus por isso. Ainda assim, a forma eclesial e teológica que o evangelho assume correlaciona-se significativamente com os posicionamentos sobre pedocomunhão, e a coerência entre o evangelho e prática da igreja está no âmago desse debate. A aposta não é tão elevada quanto era quando Lutero protestou contra as indulgências e as inúmeras idolatrias da igreja medieval. Mas é alta, muito alta.

Correndo o risco de uma simplificação (e provocação) excessiva, apresentarei brevemente as opções sobre essas questões mais amplas em jogo:

A Ceia é uma ordenança da igreja (pedocomunhão) ou é uma ordenança para algum segmento da igreja (anti-pedocomunhão)?

A igreja é a família de Deus *simpliciter* (pedocomunhão) ou a igreja é dividida entre aqueles que são membros plenos da família e aqueles que são membros parciais ou visitantes (anti-pedocomunhão)?

Jesus morreu e ressuscitou para formar uma nova Israel (pedocomunhão), ou Ele morreu e ressuscitou para formar uma comunidade constituída de forma completamente diferente de Israel (anti-pedocomunhão)?

Jesus morreu e ressuscitou para formar a nova raça humana (pedocomunhão) ou morreu e ressuscitou para formar a comunhão dos espiritualmente maduros (anti-pedocomunhão)?

O batismo admite o batizado no pacto ou simboliza sua inclusão prévia (pedocomunhão), ou o batismo apenas expressa uma esperança de que um dia o batizado se torne membro do pacto de alguma outra maneira (anti-pedocomunhão)?

O pacto tem um caráter inerentemente histórico/institucional (pedocomunhão) ou é uma realidade invisível (anti-pedocomunhão)?

A graça restaura a natureza (pedocomunhão), ou a graça anula nossa natureza ou mesmo se eleva para além da natureza (anti-pedocomunhão)?

A fé requer uma crença consciente e articulável (anti-pedocomunhão) ou a fé é algo possível aos infantes (pedocomunhão)?

Como muitas questões teológicas, a pedocomunhão também levanta a questão do peso relativo das Escrituras e da tradição. A questão *não* é o que a tradição Reformada ensinou sobre esse assunto; reconheço que pouquíssimos teólogos Reformados advogaram a pedocomunhão. Tampouco está em questão o costume judaico, que os oponentes da pedocomunhão frequentemente citam. (Por que os cristãos deveriam se importar com o que o Talmude diz?) A questão é o que as Escrituras ensinam, e se descobrimos que nossa tradição não está de acordo com as Escrituras, devemos simplesmente obedecer a Deus e não aos homens, mesmo que estes sejam nossos honrados pais na fé.

Na continuação deste ensaio, foco nas questões eclesiológicas apresentadas pela pedocomunhão, que são, simultaneamente, questões sobre a natureza do pacto, sobre a continuidade do Antigo e do Novo, sobre a salvação e sobre o evangelho. Ao longo, sou guiado pelo pressuposto básico de que *os sacramentos manifestam a natureza da igreja*. Durante séculos, tanto na fé Reformada quanto em outras tradições, a teologia sacramental se concentrou estritamente no efeito dos sacramentos no indivíduo recipiente e, como resultado, tanto a teologia quanto a prática sacramental foram terrivelmente distorcidas. Devemos, também e principalmente, considerar os sacramentos em um contexto eclesial.

A questão não deve ser simplesmente o que um rito em particular opera *em mim*, mas também o que esse ritual afirma a respeito da *comunidade* que o celebra.

De acordo com o ensinamento de Paulo, a Ceia do Senhor corporifica a natureza da igreja como uma comunidade unificada. Porque participamos do único pão, somos um só corpo (1 Coríntios 10:16,17), e uma vez que a participação do pão e do cálice é uma comunhão em Cristo, essa comunhão nos compromete a rejeitar a comunhão com os demônios e os ídolos. A Ceia do Senhor declara ritualmente que a igreja é una e que essa comunidade unida está separada do mundo. É por isso que, de acordo com o Apóstolo Paulo, os Coríntios não estavam realmente celebrando a Ceia do Senhor (1 Coríntios 11:20).

Da perspectiva de Paulo, a Ceia e sua prática fornecem um critério para medir e julgar a fidelidade da igreja ao seu chamado e seu Senhor, e, em contrapartida, o ensino do Novo Testamento sobre a igreja fornece um critério para avaliar nossa vida sacramental. A Ceia é uma expressão ritual de nossa confissão de que a igreja é Una, Santa, Católica e Apostólica. Devemos questionar: "A vida da igreja corresponde ao que afirmamos sobre nós mesmos à Mesa?", mas também: "Aquilo que confessamos sobre a igreja tem se manifestado à Mesa?"

O raciocínio sacramental de Paulo pode ser estendido em várias direções. Sabemos, por exemplo, que a igreja é um corpo no qual divisões entre judeus e gentios, escravos e livres, homens e mulheres foram dissolvidas (Gálatas 3:28), e Paulo repreendeu severamente a Pedro quando sua comunhão à Mesa falhou em se alinhar com essa realidade eclesial (Gálatas 2: 11–21). Uma igreja que nega o pão e o vinho a negros, ou brancos ou asiáticos, está mentindo sobre a igreja e a Ceia. Mais precisamente, Paulo diz que a igreja é uma comunidade onde os mais fracos e mais indecorosos são bem-vindos (1 Coríntios 12: 22–26). Será que a recusa Batista em batizar crianças expressa ritualmente esse tipo de igreja, ou implica que a igreja recebe apenas os inteligentes e fortes?<sup>1</sup>

Ao mesmo tempo, os sacramentos devem expressar o que a igreja proclama no evangelho. Isso pode ser abordado a partir de várias perspectivas. O fato de Jesus derrubar o muro divisor entre judeus e gentios faz parte do evangelho, e assim a Ceia expressa o evangelho quando recebe Cristãos de todas as tribos, línguas e nações. O evangelho anuncia que Deus iniciou uma nova criação em e através de Jesus, e nossas práticas e teologia Eucarísticas devem expressar o escopo desse anúncio. O evangelho é sobre a graça de Deus para pecadores que não têm capacidade sequer de rastejar de volta para Ele, e a forma como pensamos e celebramos a Ceia deve ser consistente com isso. Segundo Lutero, a Ceia é o evangelho, pois nela nosso Pai celestial nos oferece Seu Filho através do Espírito por nossas vidas; a Ceia é o primeiro e último *presente* de Deus, Deus presenteando a Si ao Seu povo. Mas dizê-lo e praticar em nossa Mesa de comunhão são duas coisas completamente diferentes.

Em suma, a Ceia e sua prática fornecem um critério para medir e julgar a fidelidade da igreja ao evangelho e, em contrapartida, o ensino do Novo Testamento a respeito do evangelho

---

<sup>1</sup> Não estou sugerindo que os Batistas sejam impiedosos para com os fracos. Muitas igrejas Batistas sobrepujam as pedobatistas nesse quesito. Minha questão é se o batismo Batista nos comunica a verdade a respeito da Igreja.

fornece um critério para avaliar nossa vida sacramental. Frequentemente, Jesus descrevia Sua pregação como um convite para uma festa, um banquete que Ele mesmo celebrou com cobradores de impostos e pecadores em todo o Seu ministério e continua a celebrar com pecadores na Eucaristia. O evangelho, portanto, fornece um critério para julgar nossas regras de admissão para a Mesa: o convite para a Mesa é tão amplo quanto o convite para se arrepender e crer?

Devemos pensar sobre o batismo e a Ceia nesses contextos eclesiais e evangélicos (sobrepostos, se não idênticos), se queremos entender o que está em jogo no debate sobre a pedocomunhão. A questão não é apenas quem está dentro e quem está fora, mas o que nossas decisões sobre quem está dentro e quem está fora afirmam sobre a igreja que somos e o evangelho que proclamamos. Que tipo de comunidade reivindicamos se se convidamos crianças para a Mesa do Senhor, ou, como é mais comum, o que estamos dizendo sobre a igreja quando as excluímos? O que nossas declarações rituais sobre a igreja dizem sobre a relação da igreja com Israel e o caráter da salvação? Coloquemos nossas teologias e nossos sermões de lado por um momento: Que evangelho nossa refeição prega?

## II

Todos os pedobatistas concordam que a igreja é a nova Israel, formada como o corpo do Cristo Ressuscitado. Mas a pedocomunhão reforça esse ponto dramaticamente, pois insiste que os requisitos de admissão para a refeição da igreja são exatamente os mesmos requisitos de admissão para as refeições de Israel.

A antiga Israel celebrava muitas refeições diferentes com várias regras de admissão. Algumas comidas, classificadas como “santíssimas”, eram reservadas exclusivamente aos sacerdotes (Lev. 24:5-9), e a “comida sagrada” só podia ser consumida pelos membros de uma família sacerdotal (Levítico 22:10-16). Crianças e adultos leigos eram excluídos dessas refeições sacerdotais. Uma vez que a distinção entre o sacerdócio de Aarão e o sacerdócio de Israel como um todo foi sobrepujada pelo Novo Pacto, tais regulamentos não são mais diretamente relevantes para a questão da admissão na Ceia do Senhor.

O que é digno de nota é que todos os israelitas eram autorizados a comer em todas as festas do calendário litúrgico de Israel. Em todos os casos, adultos e crianças eram autorizados a participar da refeição. Homens adultos eram *obrigados* a participar (Êxodo 23:17), mas mulheres e crianças eram *autorizadas* a participar. As crianças explicitamente participavam das festas de Pentecostes e dos Tabernáculos (Deuteronômio 16:10-14). O santuário central foi construído justamente para esse fim; para que israelitas, pais e filhos, pudessem celebrar diante de Javé: *“e vos alegrareis perante o Senhor, vosso Deus, vós, os vossos filhos, as vossas filhas, os vossos servos, as vossas servas e o levita que mora dentro das vossas cidades e que não tem porção nem herança convosco”* (Deuteronômio 12:12). Seria absurdo se as crianças fossem excluídas das festas do santuário central. Era justamente para isso que ele servia.

Embora a inclusão de crianças na Páscoa nunca seja explicitamente estabelecida, há um argumento convincente - e diria, conclusivo - para a pedo-Páscoa. Êxodo 12:3-4 especifica o tamanho do cordeiro necessário para a refeição: *“Falai a toda a congregação de Israel, dizendo: Aos dez deste mês, cada um tomará para si um cordeiro, segundo a casa dos pais, um cordeiro para cada família. Mas, se a família for pequena para um cordeiro, então, convidará ele o seu vizinho mais próximo, conforme o número das almas; conforme o que cada um puder comer, por aí calculareis quantos bastem para o cordeiro.”*

A regulação deixa claro que o cordeiro pascal deveria ser, ao menos, grande o suficiente para alimentar uma casa; mas o que é uma “casa”? Em todo o Pentateuco, “casa” incluía filhos e servos. A “casa” de Noé obviamente incluía seus filhos e nora (Gênesis 7:1), e Abrão circuncidou seus servos como homens de sua “casa” (Gên. 17:23, 27). O primeiro versículo de Êxodo nos diz que os filhos de Jacó vieram ao Egito, cada um com sua “casa” (1:1). Em nenhum lugar da Bíblia uma “casa” exclui crianças. Se o cordeiro deveria ser grande o suficiente para uma casa, deveria ser grande o suficiente para dar uma porção as crianças da casa. Se os membros mais jovens da casa não comeriam, por que o cordeiro era grande o suficiente para alimentá-los? Para provocá-los?

Muitos tem sugerido que o “catecismo” em Êxodo 12:25-28 mostra que as crianças deveriam ser capazes de responder a perguntas antes de participar da refeição. Essa é uma interpretação questionável da passagem, mas, mais importante, Êxodo 12 inclui instruções explícitas sobre a admissão à Páscoa. O capítulo termina com a “ordenança” da Páscoa, a saber, que “nenhum filho de estrangeiro comerá dela” e que “nenhum incircunciso comerá dela” (Êxodo 12:43-48). A circuncisão é estabelecida como o portão de acesso para a Páscoa. Por outro lado, aqueles que foram excluídos da Páscoa estavam *ipso facto* sendo tratados como “estranhos”. Os filhos de Israel eram “estranhos” ao povo do pacto?

A discussão de Paulo sobre a Ceia em 1 Coríntios 11:17-34 não compromete essa continuidade. Advertências quanto aos perigos da participação hipócrita nas festas de Israel são comuns nos profetas (Is 1:10-17; Jr 6:20; Am 5:21-24), e ainda assim sabemos que as crianças participaram dessas festas. Um israelita poderia celebrar a Festa dos Tabernáculos em estado de impureza? Não. No entanto, as crianças eram convidadas a participar dessa refeição. Se pedocomunhão está correta, as crianças da igreja estão participando de uma refeição perigosa; mas o fato é que os filhos dos filhos de Israel sempre participaram de refeições perigosas.

Os opositores à pedocomunhão por vezes apontam para a exigência de purificação ritual para a participação na Páscoa (Núm. 9), e aplicam isso à Ceia dizendo que os participantes devem estar em um estado de purificação espiritual. Mas essas regras não comprometem a pedocomunhão. Sob a lei, crianças pequenas raramente se tornavam impuras (cf. Levítico 12-15). Jovens meninas não poderiam ser consideradas impuras por causa de menstruação ou de parto, nem a maioria dos meninos de cinco anos tivera uma emissão seminal ou sofreu de alguma DST. Elas poderiam ir a funerais e ser rapidamente purificadas. As crianças podem amar bacon e presunto, mas se crescessem na antiga Israel, nunca teriam sido servidas dessas ou outras carnes impuras. Sugerir que as crianças foram excluídas da Páscoa por causa da possibilidade de impureza não faz o menor sentido.

No que diz respeito à aplicação desses regulamentos no Novo Pacto, isso levanta a questão de como devemos considerar nossos filhos batizados. E nesse sentido, podemos observar que o mesmo Paulo que advertiu contra a participação indigna na Ceia, afirmou na mesma carta que os filhos dos crentes são “santos” (1 Coríntios 7:14). Ousamos chamar de impuro o que Deus purificou?

Há uma diferença entre os requisitos de admissão a algum privilégio e os requisitos para o uso apropriado desse privilégio. A Constituição dos EUA não exige que os candidatos ao Senado sejam inteligentes, honestos, abnegados ou justos. Óbvio, se ele será um *bom* senador, o candidato deverá ser tudo isso e muito mais. Mas ele é qualificado para candidatura ao atingir pelo menos seu 35º aniversário, sendo cidadão dos Estados Unidos e residindo no estado em que é candidato. Da mesma forma, quando Paulo exorta os Coríntios sobre a participação apropriada na Ceia, ele não está dando requisitos de admissão.

Crianças israelitas participavam de todas as refeições que seus pais participavam. Como a igreja é a nova Israel, os requisitos de entrada para a Páscoa da igreja são os mesmos de Israel.

A descontinuidade em relação à admissão à Mesa, como a descontinuidade entre os temas da circuncisão e do batismo, prejudica a identificação da igreja e de Israel. O que estamos dizendo sobre a igreja quando excluimos crianças da Mesa? Estamos dizendo que não somos Israel.



### III

Pedocomunhão não significa apenas que a igreja é a nova Israel, mas que *a igreja é a nova humanidade*. Dizer um é dizer o outro, pois Israel foi escolhida dentre as nações como o instrumento de Javé para reverter o pecado em Babel, o pecado dos filhos de Deus, o pecado de Caim e o pecado de Adão. Essa reversão ocorre somente pela fidelidade do verdadeiro Israel, Jesus Cristo. Em Cristo, somos chamados ao mesmo chamado de Israel: viver diante do Criador, assim como toda a humanidade foi criada para viver diante dEle. Mantendo a continuidade entre os ritos de Israel e os ritos da igreja, a pedocomunhão declara decisivamente que, agora, a igreja é a herdeira desse chamado.

A noção de que a igreja é a nova humanidade repousa sobre afirmações Cristológicas fundamentais. Em Sua ressurreição, Jesus foi constituído o "novo homem", o novo Adão (1 Coríntios 15:35-49), e isso implica que Ele é o Cabeça de uma raça humana renovada. O mesmo ponto pode ser estabelecido por um argumento imediatamente eclesiológico. De acordo com Efésios 2:11-22, o propósito da cruz era derrubar a parede que separava judeus e gentios, e assim constituir judeus e gentios em uma nova humanidade. Dizer que a igreja é a nova humanidade não significa que todo ser humano agora é um membro de Cristo ou de Sua igreja. Mas isso significa que nada que seja humano é estranho à igreja; e, positivamente, que a vida da igreja como comunidade do Novo Homem abrange a vida da própria humanidade. A igreja não é uma organização "religiosa" no sentido restritivo moderno; é um povo que, pelo poder do Espírito de Jesus, foi convertido e está sendo discipulado em uma nova maneira de ser humano.

Os oponentes da pedocomunhão podem concordar com os argumentos do parágrafo anterior, mas isso levanta novamente minha afirmação inicial de que os ritos da igreja expressam o caráter da comunidade que é a igreja. Somente ao incluir as crianças nos membros da Mesa de Cristo que a igreja poderá demonstrar com consistência que ela é a nova raça humana. Um experimento de pensamento feliz ajudará a explicar o ponto. Suponha que amanhã de manhã acordemos e encontremos todas as pessoas - homens e mulheres, adolescentes e idosos, bebês e crianças - convertidas pelo Espírito de Deus, de modo que de repente vivamos em um mundo onde a raça humana na Terra seja composta apenas dos eternamente eleitos. Suponhamos também que nos foi dado um sinal incontestável de que esse milagre realmente aconteceu, a fim de que não houvesse dúvida de que a raça humana foi completamente Cristianizada.

Sob essas circunstâncias teóricas, a igreja seria coextensiva com a raça humana agora convertida? Se os Batistas insistissem em permanecer Batistas, a resposta seria não. Mesmo sob tais circunstâncias, haveria muitos bebês e crianças convertidos que não poderiam fazer o que os Batistas normalmente reconhecem como uma profissão de fé credível. Assim, a raça humana convertida seria dividida entre aqueles que têm a capacidade de fazer uma profissão de fé e aqueles que não possuem tal capacidade.

Somente os primeiros seriam batizados e admitidos na Ceia. Mesmo que toda a raça humana fosse salva, ainda haveria uma distinção entre “igreja” e “mundo”. Por sua recusa em batizar crianças, os Batistas sugerem, portanto, que a igreja *não é*, nem *teoricamente*, coextensiva com a raça humana. O batismo de crentes implica que a igreja *não é* a nova humanidade.

Estou certo de que muitos Batistas confessam que a igreja é a nova humanidade, mas há uma disjunção entre confissão e prática sacramental. O batismo de crentes diz que a igreja não é a nova humanidade, o que também é uma declaração sobre o caráter do evangelho. O batismo de crentes afirma que Cristo não é um novo Adão, mas, na melhor das hipóteses, um novo Abraão ou Moisés - a cabeça de um povo escolhido, mas não a cabeça de uma nova raça.

Os pedobatistas afirmam o contrário. Se todos no mundo fossem convertidos, ou pelo menos todos os pais de crianças pequenas, todos seriam imediatamente incorporados à igreja pelo batismo, para que a igreja fosse coextensiva à raça humana convertida. Para os pedobatistas, a igreja, por definição, é a nova humanidade, e inclui, como a própria raça humana, todos os tipos e condições de homens, todas as idades e estágios da vida, todos os níveis de habilidade e graus de fé. A igreja não é um grupo religioso de elite para aqueles que podem fazer profissões maduras e críveis. Em Cristo, a igreja é o “novo homem”. Para o pedobatista, a única coisa que exclui um ser humano da igreja é o pecado da incredulidade. Idade, capacidades mentais ou linguísticas, bem como experiência de vida, simplesmente não são fatores.

Mas os pedobatistas que se opõem à pedocomunhão são inconsistentes nesse ponto, e é uma inconsistência que prejudicou o testemunho das igrejas pedobatistas mais profundamente do que podemos imaginar. Com seu ritual de batismo, eles proclamam que a igreja é a nova raça humana, teoricamente coextensiva com a humanidade como um todo. Ao tornar o conhecimento doutrinário, a experiência de conversão ou algum outro rito de passagem um requisito adicional para admissão à Mesa do Senhor, eles tiram com pão e vinho aquilo que dão com água.

Por um lado, afirmam que as crianças são iniciadas na comunidade do pacto, mas, por outro lado, afirmam que “conhecimento” e “maturidade espiritual” são necessários para a participação na refeição da comunidade, a refeição que expressa a unidade da comunidade. Por um lado, afirmam que os filhos de Israel foram admitidos em Israel pela circuncisão, mas, por outro lado, muitos afirmam que a Páscoa, que era “o sacramento da comunhão, da vida e do crescimento”, lhes foi negada. Um momento de reflexão revelará a incoerência aqui: as crianças são introduzidas na igreja, mas nega-se a elas um meio de crescimento; espera-se que elas se tornem maduras, mas nega-se a elas um dos principais meios de atingir a maturidade.

Mas a incoerência da posição não é meramente prática. É eclesiológica e soteriológica, Cristológica e cultural. Na fonte batismal, os pedobatistas que se opõem a pedocomunhão dizem que a graça restaura a natureza; à Mesa, dizem que a graça transcende a natureza. Na fonte, dizem que a graça de Deus pode transformar uma criança em uma criança *salva*; à Mesa, dizem que a graça só começa a restaurar a vida humana depois que se atinge um certo

nível de maturidade. Na fonte, dizem que o evangelho anuncia a restauração da raça humana; à Mesa, que o evangelho convida os maduros a ter comunhão com Deus. Na fonte, dizem que a igreja é a nova humanidade; à Mesa, que a igreja é uma comunidade religiosa para aqueles que podem professar a fé. Na fonte, eles dizem que Jesus é o novo Adão; na Mesa, que Jesus é "apenas" o novo Abraão. Na fonte, eles desafiam radicalmente o confinamento moderno da religião a uma esfera da vida circunscrita; à Mesa, eles se prostram perante as suposições modernas.

Em resposta, um oponente da pedocomunhão pode dizer que os infantes no experimento anterior são membros da igreja, mas não membros *comungantes*. Eles estão no pacto, mas não participam desse rito específico do pacto. Isso divide a questão: por um lado, afirmam que a igreja é a nova humanidade, mas, por outro lado, negam que a participação na refeição da igreja seja um privilégio essencial da inclusão nessa nova humanidade. Considero isso inconsistente, mas revela uma suposição subjacente que devo defender, a saber, que a *inclusão na refeição pactual é um privilégio essencial da membresia no pacto*. Abordarei isso na última parte desta série de ensaios.

## IV

A tese aqui é: A inclusão nos sacramentos é um privilégio *essencial* de se pertencer ao povo do pacto. Não há membresia pactual a não ser aquela selada pela participação nos sinais e ritos pactuais.

Admito imediatamente qualquer número de qualificações e exceções a esta reivindicação. Uma mulher batizada e crente que vive com auxílio de aparelhos, por exemplo, não pode receber os elementos da Ceia, mas não é excluída do pacto. Mas a recusa em admitir infantes ou crianças pequenas à Mesa é um tipo totalmente diferente de recusa. A mulher não participa da refeição em razão de sua incapacidade física. Desde tenra idade, no entanto, as crianças são capazes de receber os elementos, mas sua admissão à Mesa é negada até que possam manifestar respostas mentais, espirituais ou emocionais apropriadas. A exclusão delas é baseada em um princípio, enquanto a exclusão da mulher depende de circunstâncias para além de seu controle.

Uma das questões fundamentais em jogo no debate sobre a pedocomunhão tem a ver com a natureza do pacto. Embora as distinções entre a “forma” e “substância” do pacto sejam bastante tradicionais, elas são altamente enganosas. Nas Escrituras, o termo *pacto* descreve tanto compromisso voluntário de Deus para com Seu povo, quanto o conjunto de práticas, leis e ritos prescritos - todo o padrão de vida e culto revelado por Deus e pelo qual vivemos diante dEle. Guardar o pacto, para o israelita, significava seguir os estatutos, ordenanças, leis e práticas que Javé revelou a Israel; quebrar o pacto significava abandonar esse estilo de vida (ver Levítico 26:14-15; Deuteronômio 29:1; Hebreus 9:1-10).

Assim como não há pacto matrimonial sem uma troca de votos (normalmente pública, ao menos perante o juiz de paz) e sem relacionamento conjugal contínuo, exceto por meio de um conjunto de práticas psicofisiológicas, então, simplesmente não há pacto onde não há formas externas. O pacto não é uma realidade invisível por trás das formas. As formas visíveis, rituais e práticas são elementos constituintes do pacto.

Esse padrão visível de culto e vida é a essência do pacto, porque o pacto é uma realidade comunitária. Deus pactuou com Abraão, mas mesmo o pacto abraâmico incluía sua casa e as gerações futuras. Nos pactos posteriores, o caráter corporativo é ainda mais evidente, à medida que o Senhor faz e renova Seu pacto com Israel. Deus estabeleceu o padrão de vida para a comunidade pública de Israel, uma ordem pactual revelada por Deus e que abrange culto, política, justiça civil, vida familiar e todos os outros aspectos da vida comunitária de Israel. Sendo corporativo, o pacto necessariamente assume forma externa e ritual, pois, como teólogos de Agostinho a Tomás de Aquino e tantos outros depois destes reconheceram, nenhuma comunidade pode funcionar como uma comunidade sem alguma expressão pública de sua comunhão.

Falar do pacto de Israel é falar da ordem "cultural" divinamente ordenada de Israel, e falar de um Novo Pacto é falar de uma nova ordem "cultural" na igreja. Participação no pacto necessariamente significa participação nas práticas do pacto, pois não há outro tipo de

participação no pacto, já que não há outro tipo de pacto. Negar que a participação nos ritos do pacto seja essencial para a membresia é inerentemente Batista, mesmo que a negação venha de pedobatistas.

Os oponentes da pedocomunhão argumentam que as crianças recebem as bênçãos do pacto sem o sinal. Batistas dizem a mesma coisa sobre o batismo. Aqui está o dilema: Por que a membresia no pacto sem o sinal é suficiente para a Ceia, mas não para o batismo? Por que a admissão na comunidade do pacto deve assumir a forma ritual, mas não a participação contínua na comunidade do pacto?

Certamente, isso ainda pressupõe que a participação na Ceia é um indicador público importante, se não o único, da contínua membresia na igreja. Isso é baseado no ensino bíblico de que o padrão pactual pelo qual a igreja vive centra-se no culto. Em diversas ocasiões, Paulo caracteriza os “gentios” como essencialmente idólatras e descreve a conversão como voltar-se dos ídolos para adorar ao Deus vivo (e.g., Romanos 1:18-23; 1 Tessalonicenses 1:9; Gálatas 4:1-11). Pedro afirma que fomos estabelecidos como um sacerdócio santo para oferecer sacrifícios espirituais a Deus em Cristo (1 Pedro 2:1-10).

A missão é essencial para a vida da igreja, mas a missão visa reunir adoradores diante do trono de Deus. O culto é, portanto, o *telos* da igreja de uma maneira que a missão não o é e nem pode ser, pois mesmo quando a missão está cumprida, o culto e o amor ainda permanecem. Participar da nova humanidade que é a igreja, portanto, significa participação no culto. Se alguém não participa do culto da igreja, simplesmente não é membro da comunidade do pacto (ver Hebreus 10:25).

O culto, a principal prática da nova humanidade, se dá à Mesa do Senhor. Sempre foi assim. Desde a época de Abel, os fiéis se reuniram à Mesa/altar do Senhor, embora as polêmicas protestantes contra a identificação de altar e Mesa tenham obscurecido a questão. O altar era a Mesa de Javé (Ezequiel 44:16), onde Seu “pão” era oferecido em holocausto a Ele (Levítico 22:17, 21), e do qual Seu povo recebia porções (e.g. Levítico 7:11-18). Para Paulo, “reunir-se para comer” era sinônimo de “reunir-se” (1 Coríntios 11:17,18,33). Os cétricos no Areópago ouviram a palavra do evangelho, mas não faziam parte do povo do pacto nem se envolviam em um ato litúrgico. A proclamação ou o ensino da Palavra é uma parte inerente do culto, mas não é isso que define o culto como culto. Pode haver diversas coisas que distinguem o culto da igreja de outro culto. Mas o ponto central é que cultuar é o que a igreja faz quando se reúne à Mesa do Senhor.

Se o pacto é a forma de vida comunitária, se a membresia no pacto envolve participação nas práticas e ritos externos do pacto, se o culto é a prática central do povo do Novo Pacto e se o culto se centra em uma refeição com Deus, então a participação na refeição do pacto é um privilégio essencial de se estar no pacto. Se os bebês batizados realmente estiverem em pacto com Deus, eles devem participar da refeição desse pacto. Se eles estão no corpo simbolizado pelo pão, podemos recusar o pão a eles? E se eles não estão realmente em pacto com Deus, então por que, em nome de Deus, continuamos a batizá-los?

Os sacramentos devem refletir o caráter da igreja. Mais fundamentalmente, eles devem refletir o caráter do evangelho pelo qual a igreja foi reunida e em cujo poder ela vive. Embora o evangelho não esteja diretamente envolvido no debate sobre a pedocomunhão, ele está próximo do cerne das questões. Opositores da pedocomunhão transformam a Ceia em um ato que requer maturidade espiritual, revertendo o significado básico da Ceia e negando ritualmente a natureza da igreja e os *Solas* da Reforma.

A tendência Protestante de restringir o convite do evangelho à Mesa de Deus aos espiritualmente desenvolvidos fez tanto para minar o puro evangelho da graça quanto cem bulas Papais e uma dúzia de Concílios de Trento. Podemos gritar as fórmulas até ficarmos roucos, mas ainda assim nossas ações calarão nossas palavras. Se as igrejas Reformadas esperam promover o evangelho com poder em nossos dias, devemos garantir que nosso ato litúrgico central esteja em plena conformidade com o evangelho.